

ECONOMIA VERDE: NOVA ALTERNATIVA DE DOMINAÇÃO DA NATUREZA

DEBATE OU DISCUSSÃO EM TEORIA SOCIAL

GRUPO DE TRABALHO 15: Meio Ambiente, sociedade e desenvolvimento sustentável

Maria das Graças e Silva (UFPE)¹
Nailsa Maria Souza Araújo (UFS)²
Silvana Crisostomo da Silva (UFPE)³
Iris Pontes Soares (UFPE)⁴

Resumen

O presente trabalho analisa a relação entre natureza e sociedade, no capitalismo contemporâneo, tomando como aporte o arcabouço marxista, o qual norteia o desenvolvimento desse escrito. Ao analisar a referida relação, depara-se com a existência de correntes teóricas divergentes, podendo elencá-las entre análises críticas e conservadoras. Essa última utiliza-se de variados mecanismos para a perpetuação da ordem capital-burguesa e de suas concepções, a exemplo da “*economia verde*”, que atualmente se constitui como nova ofensiva ideológica do capitalismo, sendo o foco de análise desse trabalho. Parte-se do suposto de que esse instrumento é propagado como alternativa de enfrentamento às crises ambiental e econômica e que, contraditoriamente, justifica e propicia a dinâmica predatória da atual sociabilidade e a dominação da natureza a serviço do capital.

Palavras-chave: Questão Ambiental, Capitalismo contemporâneo; Economia Verde.

O século XXI nasce marcado pela exacerbada exploração e mercantilização da natureza, de graves consequências sociais e ambientais, razão pela qual estudiosos e intelectuais passam a caracterizar a existência de uma “crise ecológica”, “crise ambiental” ou “questão ambiental”. As raízes dessa problemática encontram-se na constituição do capitalismo e as consequentes mudanças na relação entre sociedade e natureza, caucionadas na exploração do trabalho humano e sua conversão em mercadoria, assim como a apropriação dos recursos naturais com idênticos fins, resultando no aprofundamento da denominada “falha metabólica” (MARX, 1996). Para o autor, existe uma relação metabólica entre o (a) homem (mulher) e a natureza, visto que os primeiros se apropriam dos elementos naturais e, após seu consumo, os devolvem à natureza (SILVA, 2010), fazendo-o através da mediação

¹ Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
E-mail: graca_pe@yahoo.com.br

² Professora adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe – UFS
E-mail: nayaraujo5@yahoo.com.br

³ Mestranda em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. E-mail: silvanasilva103@gmail.com x

⁴ Graduanda em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
E-mail: irispontessoares@yahoo.com.br

do trabalho. A partir disso, pode-se afirmar que o ser humano constitui o meio ambiente, posto que “[...] é parte integrante da natureza, e ao mesmo tempo ser social, por consequência, detentor de conhecimentos e valores socialmente produzidos ao longo do processo histórico” (QUINTAS, 2006, p. 20).

Dessa forma, a maneira como o ser humano se relaciona com a natureza – sendo elemento constituinte desta – repercute diretamente nas transformações tanto do meio natural como do social. Dito de outra maneira, a forma de se produzir os bens destinados a satisfazer as necessidades humanas determina a relação entre a sociedade e a natureza, visto que a produção afigura-se como “fundamento do domínio dos homens sobre a natureza e do domínio sobre a própria natureza” (SANTOS, 2010, p. 16).

Nesse movimento, Quintas (2006, p. 21) afirma que são “as práticas do meio social que determinam a natureza dos problemas ambientais que afligem a humanidade” de maneira que o processo de produção e reprodução de relações sociais é igualmente responsável pelos impactos ambientais.

Marx e Engels (2009, p. 43) afirmam que,

[...] um determinado modo de produção, ou fase industrial, está sempre ligado a um determinado modo de cooperação, ou fase social, e esse modo da cooperação é ele próprio uma ‘força produtiva’; e que a quantidade das forças produtivas acessíveis aos homens condiciona a situação da sociedade, e portanto a ‘história da humanidade’ tem de ser sempre estudada e tratada em conexão com a história da indústria e da troca.

Com base no disposto acima se afirma que qualquer modo de produção determina o conjunto das relações societárias, incluindo a relação com a natureza. Sob o signo do capital, o trabalho e a natureza são submetidos à lógica mercantil, incorporando à transformação da natureza os elementos da exploração do trabalho e a dinâmica de acumulação capitalista.

Essa conflitante relação sofre profundos rebatimentos na atual crise do capital, com proporções estruturais, compreendida por Mészáros (2008, p. 8) como “a séria manifestação do encontro do sistema com seus próprios limites intrínsecos”. As problemáticas que mais afetam a exploração da natureza nas condições dadas pelo modo de produção capitalista em sua fase neoimperialista⁵ (HARVEY, 2005) configuram-se “na escassez dos recursos não renováveis, nas mudanças climáticas, nos efeitos catastróficos dos dejetos industriais e poluentes diversos, na produção incessante de mercadorias descartáveis” (SILVA, 2010, p. 45), dentre outras.

Corroborando com esta linha de análise pode-se afirmar que a intensidade com que vem se dando a destruição do meio ambiente não poderia ser desconsiderada pelo capital, já que, por um lado, afeta as condições básicas da produção capitalista e, de outro, chega a ameaçar, ainda que de maneira desigual e não necessariamente imediata, as condições de reprodução da vida no planeta⁶.

Conforme discorrem Silva, Araújo e Santos (2012, p. 96)

⁵ Corroborando com Harvey, o neoimperialismo significa o imperialismo da acumulação integral, que tem como função promover de forma generalizada a acumulação do capital em todo o mundo. BRAGA, Lisandro. Gatillo Fácil: uma política de repressão contrarebelião preventiva na Argentina (1996-2011). Revista Crítica do Direito. ISSN 2236-5141.

⁶ Constata-se que a humanidade já consome 25% mais recursos naturais do que a capacidade de renovação da Terra. Se os padrões de consumo e produção se mantiverem no atual patamar, em menos de 50 anos serão necessários dois planetas Terra para atender nossas necessidades de água, energia e alimentos. (Disponível em <www.geomundo.com.br>. Acesso em 25, mar., 2013).

O aumento exponencial do lixo, a contaminação e redução das fontes de água potável, o aquecimento global, o desmatamento, a descartabilidade e a redução da biodiversidade são alguns dos fenômenos cada vez mais evidentes, afetando as possibilidades de reprodução do sistema do capital, além de impactarem as múltiplas formas de vida orgânica, sobretudo, a dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora.

No caso brasileiro, as principais problemáticas ambientais enfrentadas podem ser assim elencadas: a) práticas predatórias de agropecuária, gerando degradação e esgotamento dos solos decorrentes das técnicas adotadas; b) extrativismo vegetal (atividade madeireira), com perda da biodiversidade em razão do desmatamento e das queimadas; c) poluição do ar e das águas (especialmente no ambiente urbano); d) aumento da produção dos resíduos sólidos e fragilidades na gestão dos mesmos, dentre outros⁷.

Em face desta realidade, as discussões acerca da temática ambiental tornaram-se intensas e se propõem tanto a desvelar quanto a enfrentar a destrutividade ambiental crescente, seja pela via das transformações radicais da ordem societária (para uns), seja pautados na implementação de mecanismos reformistas e neoconservadores, que buscam soluções dentro da ordem do capital (para outros).

As análises conservadoras sobre a questão ambiental tomam força a partir de 1970, com influência teórica neomalthusiana⁸, a qual atribui os males sociais e ambientais à intensa proliferação dos pobres e a pressão que estes exercem sobre o ambiente físico-natural, deixando obscura a concentração de renda, a anarquia da produção, a produção do supérfluo, etc, como partes desta problemática. Atualmente, podem-se encontrar documentos norteados pela referida perspectiva teórica, como o Relatório de Desenvolvimento Humano (2011), com o tema “Sustentabilidade e equidade: um futuro melhor para todos”, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁹. As propostas neoconservadoras não problematizam a acumulação do capital, ao contrário, são pautadas por discursos moralizantes, centrados na culpabilização dos indivíduos e de certas regiões do planeta (especialmente os países do sul) pela atual degradação ambiental.

Os neoconservadores partem do suposto de uma “crise ambiental” em curso, de proporções avassaladoras, que colocaria em risco, em prazo relativamente curto, a própria sobrevivência da humanidade, mas não relacionam os processos de degradação ambiental ao modo de produção capitalista, bem como sua reestruturação, ressaltando alternativas de mudanças comportamentais e individualistas (COUTINHO, 2009, p. 22).

Contrapondo-se a estas perspectivas há os que procuram pautar as relações indissociáveis e inelimináveis entre produção capitalista e perdularidade, recuperando sua dinâmica expansiva e suas crises cíclicas, para expor a necessidade de mudanças radicais se se quer realmente reverter o processo largo, profundo e contínuo, hoje em andamento, de dilapidação dos recursos naturais. A análise da realidade elaborada pela crítica marxista afirma que [...] o metabolismo estabelecido pelo capital em sua relação com o meio ambiente pressupõe riscos ambientais crescentes, inerentes a um modo de

⁷ Disponível em: <www.brasilecola.com/biologia/problemas-ambientais-brasileiros.htm>. Acesso em: 15, jun.2013.

⁸ Segundo essa teoria, uma numerosa população jovem, resultante das elevadas taxas de natalidade verificadas em quase todos os países subdesenvolvidos, necessitaria de grandes investimentos sociais em educação e saúde. Com isso, sobriariam menos recursos para serem investidos nos setores agrícola e industrial, o que impediria o pleno desenvolvimento das atividades econômicas e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida da população. Ainda segundo os neomalthusianos, quanto maior o número de habitantes de um país, menor a renda *per capita* e a disponibilidade de capital a ser distribuído pelos agentes econômicos. Disponível em: <www.geomundo.com.br>. Acesso em 24 mar.2013.

⁹ Síntese do referido relatório disponível em <hdr.undp.org>.

produção que necessita destruir a natureza para transformá-la em mercadoria (ibid, p. 23). Dessa forma, esse processo de destrutividade é uma condição intrínseca para o desenvolvimento e expansão do sistema capitalista.

Com base nestes fundamentos indica-se que a conjuntura ambiental contemporânea não configura uma crise efêmera, a qual poderia ser superada pelo próprio capital, desde que aposte na [...] possibilidade de humanizar o capitalismo e, assim, compartilhar os seus objetivos a partir de uma espécie de “ética ecológica” a ser assumida pelos indivíduos (ibid, p. 25). Em contraponto, afirma-se que os habitantes do planeta se deparam e precisam enfrentar a “questão ambiental”, que se refere [...] ao conjunto de manifestações da destrutividade da natureza, cujas raízes encontram-se no desenvolvimento das relações de propriedade (SILVA, 2010), fazendo-se imprescindível para sua superação a quebra do sociometabolismo do capital e sua lógica destrutiva (MÉSZÁROS, 2010).

Dentre as perspectivas apontadas como alternativa para a crise ambiental, tomando parte nas correntes teóricas conservadoras ou neoconservadoras, surge recentemente a *Economia Verde*. Segundo seus ideólogos/elaboradores, esta “resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011, p. 01). Vem sendo difundida, como se vê, por ideólogos do capital e militantes verdes, enquanto é incorporada ao discurso de organismos e instituições internacionais que pretendem pautar e dirigir propostas de enfrentamento da “questão ambiental” a serem incorporadas por governos de nações de todo o planeta.

No desenvolvimento deste trabalho parte-se do suposto de que a Economia Verde, propagada como alternativa de enfrentamento às crises ambientais e econômicas, em verdade vem justificar a permanência da dinâmica predatória da atual sociabilidade, atuando apenas na periferia dos problemas, deixando intocada sua essência.

1. No que se sustenta a Economia Verde?

A bandeira ideológica propagandeada pelo capitalismo, como enfrentamento aos limites físicos da degradação ambiental das últimas décadas, encontra-se no esverdeamento da economia, pondo como necessidade obter um maior controle da exploração da natureza, com a transição de uma “*economia marrom*” para a *economia verde*. Nesse processo, as manifestações da “questão ambiental” em nível global, que se expressam na forma de crises climáticas, de perda da biodiversidade, crise dos combustíveis, dos alimentos, da água e mais recentemente do sistema financeiro e econômico com um todo (PNUMA, 2011) são concebidas a partir de “um grande uso inadequado de capital”, característico da atual economia, que não se preocupa com o bem-estar das atuais e futuras gerações.

A transição para esse ideário ecocapitalista acena com três (3) principais “profecias”: a primeira sustenta que o aumento da riqueza se dará especialmente por meio de ganhos no “capital natural” – bens naturais, tais como florestas, lagos, pântanos e bacias fluviais – assim como um incremento no desempenho econômico (PNUMA, 2011). Esta proposição é apontada por Araújo e Silva (2012, p.131) como a incorporação dos serviços ambientais aos circuitos mercantis, especialmente ao mercado financeiro, materializando-se nos chamados Pagamentos por Serviço Ambientais (PSA), o que implica a conversão dos processos e produtos disponíveis na natureza em mercadoria. A privatização seria a possibilidade objetiva e única de protegê-los, seja diretamente, através da definição dos direitos de propriedade sobre estes recursos ou indiretamente, pela valorização econômica da degradação.

Vale ressaltar que o conjunto das premissas da economia verde se configura, acima de tudo, como um privilégio *do e para* o capital, tendo em vista, principalmente, a obtenção de lucros com mudanças nas formas de apropriação da natureza, ancoradas no ideário do desenvolvimento sustentável

como afirmação da capacidade do sistema compatibilizar expansão econômica e preservação ambiental.

Mais: trata-se de reafirmar o mercado como instância essencial no processo de superação das contradições geradas por sua própria lógica. Em face dos transtornos gerados pela produção mercantil, a saída é avançar cada vez mais e cegamente no processo de mercantilização. O texto oficial das Nações Unidas afirma: “Como a atividade econômica normalmente se baseia na desvalorização do capital natural (...) isso está causando o esgotamento dos recursos naturais e acabando com a habilidade dos ecossistemas de fornecerem benefícios econômicos” (PNUMA, 2011, p. 5), para, em seguida, propor: “O caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e, quando possível, reconstruir o capital natural como um bem econômico crítico (...)” (PNUMA, 2011, p.1). Em outras palavras, intensificar a apropriação dos recursos naturais, através da privatização e financeirização da natureza, como uma nova fronteira para expansão dos negócios capitalistas, reafirmando-se o fetiche de que os mercados são autorreguláveis e, assim sendo, serão capazes de solucionar – fortemente mediados pela produção e uso de novas tecnologias – os problemas gerados por sua lógica perversa: a lucratividade como mediação essencial da civilização do capital.

Ao instituir o mercado como o reino, por excelência, de satisfação das necessidades humanas, o sistema capitalista incorpora a *anarquia da produção*, sendo a produção social regulada pela lei do valor, no intuito de controlar as frequentes oscilações entre um desequilíbrio da produção das mercadorias e da reprodução social. Porém, a dinâmica da lei de valor não consegue controlar a anarquia evidenciada, e esse descontrole incide diretamente no desenvolvimento e manutenção do capital e de seus transtornos, como as crises de superprodução, isto porque:

Uma vez que é a produção confiada a proprietários privados concorrentes, a produção capitalista - tipo generalizado e superior da produção mercantil - não obedece a um plano centralizado, mas se realiza sob o impulso de decisões fragmentárias isoladas. Entre as paredes da empresa capitalista, a produção costuma ser conscientemente regulada e obedece a um plano estabelecido pela administração. Já no processo social global das relações entre as empresas, inexistente a regulação consciente, o planejamento imperativo. O processo social global da produção capitalista caracteriza-se, por isso, pela anarquia (GORENDER, 1996, p. 31).

A crise atual do modo de produção capitalista, de caráter estrutural, acena para a tentativa de criar mecanismos de controle, mas ao mesmo tempo procura garantir sua expansividade; melhor dizendo, estas tentativas se inserem no processo mesmo de busca de novos espaços de valorização de capitais. O sistema intensifica a exploração do trabalho, por meios como a desregulação trabalhista, do desemprego estrutural e da quebra dos direitos sociais, bem como exacerba a apropriação da natureza, como espaço de obtenção de lucros.

Propõe-se, assim, que os bens de uso comum (a água, o ar, os serviços ambientais) sejam “precificados”. Passam a ser denominados “capital natural”, incorporando, assim, valores de troca. As empresas que atuam nesse processo adquirem um *status* de ambientalmente sustentáveis e difusoras de uma responsabilidade ética empresarial, enquanto comercializam esse ideário, tendo em vista a alta rentabilidade obtida por este novo investimento financeiro¹⁰.

¹⁰ A exemplo dos índices da Bovespa: no período de março 2011 a março de 2012 o índice de sustentabilidade empresarial se valorizou 5,15%, enquanto o Ibovespa, o principal indicador da Bolsa, apresentou queda de 5,94% no mesmo período (ECODEBATE, apud ARAÚJO e SILVA, 2012).

A “segunda profecia” da “*economia verde*” é a redução contínua da pobreza através do esverdeamento de uma série de setores econômicos, como a agricultura, silvicultura, água doce, pesca e energia (PNUMA, 2011). O Relatório ainda aponta a crítica de que a escassez ecológica e a desigualdade social são marcas registradas de uma economia que está longe de ser tornar “verde”. Entretanto, como discorrem Araújo e Silva (2012, p.136),

Ao adjetivar a Economia Verde como “inclusiva”, em nome do combate à pobreza e à desigualdade social, seus ideólogos não tecem um único comentário acerca das formas de apropriação e socialização da riqueza socialmente produzida (sequer de sua desconcentração), deixando evidenciar a falácia de sua propositura.

Por fim, a “terceira profecia” remete tanto ao investimento em novas tecnologias quanto à criação excedente de empregos (PNUMA, 2011, p. 5). O grande alarde desta feita recai sobre a eficiência energética – energia solar, eólica, hidrelétrica – associada à redução do carbono. A produção das chamadas “energias limpas” seria uma via privilegiada para o enfrentamento das mudanças climáticas e do uso intensivo de recursos não renováveis. Resta considerar que, ao conceber os limites físicos como foco da problemática ambiental, os teóricos conservadores se limitam à sua dimensão técnica – bastando para tanto desenvolver tecnologias mais adequadas - e até mesmo a uma falta de gerenciamento da economia. No entendimento de Mandel (1985), a crença na possibilidade de superação do conjunto das contradições do sistema do capital pela via tecnológica não passa de uma ideologia. A “ideologia da racionalidade técnica” caracteriza-se pela crença na onipotência da tecnologia, como instrumento capaz de solucionar o conjunto dos obstáculos com que se depara o sistema ao longo de sua trajetória e tem como suposto uma ordem social imutável, a qual não pode ser desafiada, sendo a mesma capaz de suprir as necessidades do conjunto da sociedade (SILVA 2012). Zacarias (2012, p. 138) aponta os perigos da tecnificação da “questão ambiental”: “[...] quando se recorre à tecnologia como única solução no enfrentamento dos problemas ambientais, finge-se não ser necessário alterar as relações sociais de produção da sociedade capitalista, o que dá origem a um pensamento mágico”.

Em relação à falsa expectativa da criação excedente de empregos com a economia verde, existe uma barreira que remete a uma das próprias bases de sustentação do capital: a necessidade da preservação do exército industrial de reserva, atualmente configurado no desemprego estrutural, exponenciado a partir das mudanças no mundo do trabalho, sendo, portanto, condição fundamental de manutenção da valorização do capital, sobretudo em face da onda longa de crise em que está engolfada desde a década de 1970, em nível mundial.

Na sequência de suas argumentações e proposições o Relatório “*Rumo a uma Economia Verde: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza*” discorre sobre as condições estabelecidas pelo PNUMA para possibilitar a implementação da economia verde. As mesmas centram-se no investimento governamental em setores da economia que priorizam o verde, com o financiamento posterior a partir da iniciativa privada; na transição educacional a fim de subsidiar a força de trabalho e no auxílio para os países em desenvolvimento (PNUMA, 2011, p. 27).

Quanto à perspectiva de utilização do fundo público como incentivo aos investimentos verdes com pretensões futuras de favorecer os interesses privados, é possível identificar a busca de obtenção de vantagens aos chamados “setores verdes”, com estímulos fiscais a empresas para produção sustentável e energias supostamente limpas, assim como para as novas tecnologias: as nanotecnologias,

a biotecnologia e a geoengenharia, favorecendo, assim, os setores mais modernos da produção mercantil¹¹, como se esses, por si mesmos, não produzissem impactos ambientais.

A economia verde também requer, como parte das “condições possibilitadoras”, um aprimoramento intelectual a partir de transições educacionais. Esta mudança tem o objetivo de subsidiar a formação da força de trabalho, preparando-a para os desafios, sobretudo no campo das inovações tecnológicas. O argumento é que a economia verde será propulsora de empregos. Porém, compreende-se que a elevação da escolaridade e qualificação profissional não garante a empregabilidade dos (as) trabalhadores (as) (COSTA, 2012).

Por fim, o discurso de auxílio ao desenvolvimento dos países periféricos contrasta com a contínua reafirmação das relações de dependência e exploração destes pelos países centrais, o que vem se intensificando em razão da crise mundial do capital, sendo a incorporação dos serviços ambientais ao circuito mercantil e a busca por maior controle dos recursos naturais dos países da periferia pelas transnacionais algumas ilustrações desta assertiva. A oposição dos países industrializados, como EUA, Canadá e membros da União Europeia à criação do fundo de US\$ 30 bilhões, a partir de 2013, para financiar ações de desenvolvimento sustentável nos países mais pobres, proposta na Rio+20, é uma das tantas provas do lugar novamente reservados aos países de economia periférica na estratégia de uma produção capitalista supostamente verde. A alusão à crise econômica mundial, como impossibilidade para tal, não obscurece a intenção de manterem intocadas as bases de dominação e exploração entre Norte e Sul.

Dessa forma, a economia verde vem se constituindo como mais uma ferramenta ideológica do capitalismo em tempos de crise mundial, cujo objetivo é propagar a capacidade de renovação do sistema, na busca por compatibilizar expansão da riqueza e preservação da natureza enquanto mantém intocadas a produção de mais valor e a exploração do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exposição precedente leva a uma consideração geral: a economia verde é utilizada como ferramenta para possibilitar maiores condições de expansão capitalista, perpetuando a destrutividade ambiental com a apropriação privada dos recursos naturais, e a conseqüente intensificação do processo de mercantilização da natureza. Principalmente, constitui-se como mais uma ferramenta ideológica do capitalismo em tempos de crise mundial, cujo objetivo é a criação de consensos em nível internacional, com aceitação de incorporações desiguais ao atual modelo de desenvolvimento. O adjetivo “verde” procura escamotear, mais uma vez, os fundamentos predatórios da produção mercantil capitalista, e por outro lado apresentar o capitalismo como modo de produção capaz de controlar e, acima de tudo, transformar em nicho de lucratividade, os desequilíbrios por ele mesmo causados, principalmente a partir da introdução de impressionantes aparatos tecnológicos.

Apesar do discurso ideológico de supostas práticas sustentáveis e ética social, o esverdeamento do capital não altera a lógica anárquica da produção, nem anula a obsolescência programada das mercadorias – o que implica a redução do tempo de vida das mesmas, como estratégia privilegiada do capital para assegurar a lucratividade, apesar de sua crise estrutural.

¹¹ “Os subsídios verdes, tais como as medidas de apoio ao preço, os incentivos fiscais, a subvenção direta e suporte para empréstimos podem ser usados por uma série de razões: (...) garantir a realização de infraestrutura e tecnologias verdes (...) e estimular as indústrias emergentes verdes, como parte de uma estratégia para construir uma vantagem comparativa e conduzir para o emprego e crescimento a longo prazo” (PNUMA, 2012, p.29)

Por fim, a economia verde revela-se uma estratégia capitalista – econômica e ideopolítica - no sentido do enfrentamento da crise mundial. Explicita também a incapacidade do capital enfrentar suas contradições essenciais, cuja matriz encontra-se na apropriação privada da riqueza socialmente produzida, levando a humanidade a uma crise civilizatória, de dimensões sociais e ambientais incomensuráveis. Na sociabilidade contemporânea a “economia verde” significa o aprofundamento das condições degradantes sob as quais repousam a produção e reprodução das relações sociais capitalistas.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Nailsa Maria Souza; SILVA, Maria das Graças. **Economia Verde: A nova ofensiva ideológica do Ecocapitalismo**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p.127-143.

COSTA, Fabiana Maria. **Trabalho e qualificação profissional no Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste de Pernambuco, a experiência de Toritama**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFPE, Recife, 2012.

COUTINHO, Ronaldo. **“Crise Ambiental” e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização o capitalismo “selvagem”**. In: Revista Praia Vermelha, v. 19, nº 2, jul-dez 2009. Rio de Janeiro, 2009, p. 21-36.

FOSTER. **A ecologia de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GORENDER, Jacob. Prefácio. In: MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas). v.1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Expressão Popular, São Paulo, 2009.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Coleção Os Economistas. Trad. Carlos Matos et alli. Editora Abril Cultural: São Paulo, 1985.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Revista Outubro, n. 4, 2008, p. 7 – 15.

_____. **Para além do Capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial e Editora da UNICAMP, 2002.

QUINTAS, José Silva. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2º ed. IBAMA, Brasília, 2006.

PNUMA. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável e a Erradicação da Pobreza – Síntese para Tomadores de Decisão**. 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na Prática a Teoria é Outra?** Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2010.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável**. Um desafio ético ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria das Graças e; ARAÚJO, Nailsa M.^a Souza; SANTOS, Josiane Soares. “Consumo consciente”: o ecocapitalismo como ideologia. Revista **Katálysis**. V. 15. N.º 1 – Janeiro/Junho, 2012, p. 95-110.

ZACARIAS, Rachel Santos. **Do “Desenvolvimento Sustentável” à Economia Verde: as falsas propostas do Capital em época de crise**. Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 23, p.125-151.